

Jerson Kelman afirmou que o País tem de “dar um passo adiante na **área ambiental**”

ENERGIA ELÉTRICA

Governo estuda acelerar licenciamento de novas usinas

Queda na oferta de empreendimentos hídricos preocupa especialista do setor

MÁRCIO DE MORAIS
BRASÍLIA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Ministério de Minas e Energia já examinam a revisão dos procedimentos de licenciamento das usinas hidrelétricas. Uma reunião dos presidentes dessas instituições — Jerson Kelman e Mauricio Tolmasquim, respectivamente — e um representante da área ambiental do ministério deu partida, semana passada, ao esforço de aprimoramento do processo de licenciamento, que mereceu a acusação de não ser “racional” em recente relatório do Banco Mundial (Bird).

Kelman afirmou ontem que o País tem de “dar um passo adiante na área ambiental”, de forma a agilizar o processo de licenciamento. Ele defende um procedimento que considere uma visão integrada de toda a bacia fluvial onde há potencial para novos empreendimentos hidrelétricos, de



JERSON KELMAN
Presidente da Aneel

forma a viabilizar soluções integradas sob os aspectos social, ambiental, da vazão e aproveitamento hídrico. A Análise e aprovação desse inventário, cuja elaboração é aberta a qualquer interessado nos empreendimentos, é exclusiva da Aneel, sem participação do Ibama e da Ana.

“É nessa fase que se toma as grandes decisões”, disse Kelman, referindo-se à localização das barragens, o impacto sobre as populações ribeirinhas, o uso múltiplo dos recursos hídricos, a preservação e sobrevivência das espécies de peixes, bem como as áreas de interesse ambiental. A idéia do grupo é que, o novo modelo de licenciamento poderia permitir a eliminação, já no início, de qualquer empreendimento com problemas ou,

ainda, a exclusão integral da bacia e dos projetos inventariados.

Kelman relatou que todos os parceiros da empreitada são unânimes em admitir que é necessário incluir nesse inventário um múltiplo olhar energético, ambiental, social e hídrico. Ele acredita que isso vai ser fundamental para que seja emitida uma licença ambiental prévia (LP) a todas as alternativas de geração disponíveis na bacia, ao invés de uma a uma, como é hoje. “Não há sentido discutir usina por usina”, observou Kelman.

“Convergimos para um novo arranjo”, observou Tolmasquim, que aguarda os estudos, encomendados aos técnicos das diversas áreas envolvidas, para buscar adequação legal e regulatória ao novo modelo do processo de licenciamento. Poderá haver mudança na legislação e nas regras, observou Tolmasquim, lembrando que todo o processo vai ter de passar pela aprovação do governo, com a participação da Casa Civil.

A grande vantagem, segundo Tolmasquim, é que, com essa nova visão global proposta pelo grupo, será possível optar por um empreendimento alternativo previamente oferecido no inventá-

rio. Ele garantiu que a proposta não elimina a elaboração do estudo e do relatório de impacto ambiental (EIA/Rima), embora esses processos possam ganhar uma nova terminologia. Ele relacionou os estudos para aproveitamento das bacias no Tapajós, Trombetas, Aripuanã, Branco, Sucunduri e Araguaia como candidatos a serem os primeiros a adotarem o novo padrão.

Tolmasquim e Kelman mostraram-se preocupados com a queda da oferta de empreendimentos hídricos nos últimos leilões e a predominância de projetos de geração térmica. Isso fez com que a geração hídrica tenha apenas 44% de participação nos últimos leilões. “Antes de Jirau e Santo Antônio, a participação estava em apenas 20%, mas o ideal é que chegue aos 70%, 80% — reproduzindo a participação desse modal na matriz energética”, disse Kelman. “Isso é ruim do ponto de vista ambiental, energético e é mais caro”, acrescentou Tolmasquim, numa referência à emissão de gás carbônico pela geração térmica e ao maior custo da eletricidade movida a óleo combustível.